

Brandes pede seis horas de trabalho

O candidato a deputado federal pelo PFL-DF, professor Francisco Pinheiro Brandes, é partidário, também, do estabelecimento da jornada de seis horas de trabalho por dia, 30 horas semanais, para os servidores públicos. Ele garante que se adotada pelo governo, conforme vem sendo anunciada ultimamente, a medida, além de servir de estímulo para o próprio desempenho do servidor que se encontra desmotivado em razão, principalmente, dos baixos salários, será também extremamente favorável para a própria administração pública, que, hoje, depreende uma parceria considerável de despesas para manter o funcionário durante oito horas dentro da repartição.

Segundo Brandes, a experiência adquirida como administrador regional do Guará e especialmente como secretário de Administração do GDF, pasta que cuida da política de recursos humanos do governo local, lhe é muito favorável para que assuma a defesa dessa antiga e legítima reivindicação do servidor. Isso porque, sustenta o candidato, a vivência nesses cargos possibilitou-me verificar o quanto é desnecessário e antiproutivo exigir dois turnos de trabalho para o funcionário público, que no caso de Brasília, por exemplo, perde muito mais tempo viajando de ônibus, em função das grandes distâncias existentes entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, do que propriamente produzindo.

No caso específico, ainda de Brasília, Francisco Brandes considera como sendo efetivamente viável compatibilizar o horário de seis horas de funcionamento das repartições do governo, com o das reais necessidades da comunidade brasiliense. Esta sim será sem dúvida a maior beneficiária com o novo horário, uma vez que terá seis horas ininterruptas para utilizar os serviços dos órgãos do governo, que atualmente em decorrência da necessidade do servidor ter que sair mais cedo para pegar o transporte, somado ao tempo em que ele de fato gasta para começar a produzir na sua repartição, é de longe bem inferior ao proposto.

Brandes disse, ainda, acreditar que a Reforma Administrativa que vem sendo implantada progressivamente pelo ministro Aluizio Alves, da Secretaria de Administração, não vai desprezar essa realidade. O Brasil, de hoje, diz ele, exige um serviço público moderno e com funcionários motivados para o trabalho e não mais, definitivamente, àquele em que o importante era a permanência do servidor oito horas diárias.